

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 42

Janeiro - 2013

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 582, de 30 de novembro de 2012

Fixa o efetivo máximo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 583, de 12 de dezembro de 2012

Altera a Lei Complementar nº 407, de 2008, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 584, de 20 de dezembro de 2012

Altera o inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 417, de 30 de julho de 2008.

LEI COMPLEMENTAR Nº 585, de 20 de dezembro de 2012

Altera a Lei Complementar nº 485, de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

LEI Nº 15.921, de 6 de dezembro de 2012

Institui a Semana Catarinense do Meio Ambiente.

LEI Nº 15.925, de 6 de dezembro de 2012

Altera a ementa da Lei nº 11.869, de 2001, que reconhece oficialmente, no Estado de Santa Catarina, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

LEI Nº 15.939, de 20 de dezembro de 2012

Dispõe sobre a simetria do valor do auxílio-moradia e adota outras providências.

LEI Nº 15.940, de 20 de dezembro de 2012

Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.

LEI Nº 15.944, de 21 de dezembro de 2012

Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013.

Decretos

DECRETO Nº 1.283, de 6 de dezembro de 2012

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 1.045, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre a aprovação para a aquisição de materiais, contratação de serviços e obras, alteração de contratos e instrumentos congêneres, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos casos que menciona.

DECRETO Nº 1.298, de 6 de dezembro de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 660, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a aquisição e locação de veículos oficiais no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 1.306, de 11 de dezembro de 2012

Regulamenta o instituto da transação a que se referem os arts. 6º a 12 da Lei nº 15.856, de 02 de agosto de 2012, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (REVIGORAR IV).

DECRETO Nº 1.307, de 13 de dezembro de 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o programa Pró-Emprego, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.308, de 13 de dezembro de 2012

Altera dispositivo do Decreto nº 1.089, de 3 de agosto de 2012, que altera dispositivos do Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 1.309, de 13 de dezembro de 2012

Regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

DECRETO Nº 1.310, de 13 de dezembro de 2012

Regulamenta a transferência de recursos financeiros a título de subvenção social para entidades privadas sem fins lucrativos e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.320, de 20 de dezembro de 2012

Institui o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite/SC.

DECRETO Nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012

Aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.324, de 21 de dezembro de 2012

Institui o processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do Plano Plurianual (PPA).

DECRETO Nº 1.325, de 21 de dezembro de 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 2.910, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamento e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.326, de 21 de dezembro de 2012

Dispõe sobre a regulamentação do disposto no art. 61, inciso I, da Lei Complementar nº 472, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO Nº 1.327, de 21 de dezembro de 2012

Regulamenta e disciplina o desenvolvimento funcional nas modalidades de progressão por merecimento e progressão extraordinária dos servidores pertencentes ao Sistema Prisional e ao Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

DECRETO Nº 1.328, de 21 de dezembro de 2012

Regulamenta a Lei nº 15.779, de 19 de março de 2012, que obriga os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado, a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou a realização dos serviços aos consumidores e estabelece outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**JURISPRUDÊNCIA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Medida Cautelar na Ação Cível Originária Nº 2.071

Relator: Ministro Dias Toffoli

Autor: Estado de Santa Catarina

Procurador: Fernando Alves Filgueiras da Silva

Publicação: 19 de dezembro de 2012

Decisão: Cuida-se de ação cível originária, com pedido de tutela antecipada, ajuizada pelo Estado de Santa Catarina em face da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com objetivo de suspender a inscrição do requerente no SIAFI/CAUC/CADIN, em razão do suposto descumprimento de convênio na área educacional, celebrado em gestões anteriores do governo. Tal fato se deu, segundo o autor, sem a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. (...) Por sua vez, justifica a presença de risco de dano irreparável ou de difícil reparação com as alegações seguintes: “No que concerne ao requisito exigido pelo inciso I do art. 273 do CPC, cumpre ponderar que o Ente Político, como um todo, será impedido de firmar novos Convênios, receber transferências voluntárias (entre outras sanções) em razão da inscrição existente no CAUC/SIAFI/CADIN. De se ressaltar que, caso não seja deferida a medida liminar ficará o autor impossibilitado de assinar, no dia 19/12/2012, importante contrato de mútuo com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com garantia da União, no valor total de US\$ 250 milhões para implementação do Programa Rodoviário de Santa Catarina”. (...)

Ante o exposto, presente a fungibilidade das tutelas de urgência, defiro medida cautelar para determinar a suspensão dos efeitos da inscrição do Estado de Santa Catarina no SIAFI/CAUC/CADIN, em razão de suposto inadimplemento do Convênio n. 850016/2006 (correspondente ao Convênio SIAFI n. 575061).

ATOS INTERNOS**PORTARIA GAB/PGE Nº 55, de 12 de dezembro de 2012**

Designa servidora para Função de Confiança, nível FC-02, da PGE.

PORTARIA GAB/PGE Nº 57, de 18 de dezembro de 2012

Designa Procuradora do Estado para o exercício da função de chefia da Procuradoria Regional de Joinville

PORTARIA PGE/GAB Nº 58, de 19 de dezembro de 2012

Designa Procurador do Estado para o exercício da função de chefia de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Chapecó.

PARECER Nº 356/2012

Autor: Queila de Araújo Duarte Vahl

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Ementa: Escolta e guarda de presos em hospitais. Atribuição. Agentes prisionais. Polícia militar. Preservação da ordem pública.

PARECER Nº 344/2012

Autor: Sílvio Varela Junior

Origem: Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Ementa: Nomeação para cargo efetivo. Concurso público. Validade do certame iniciado antes do advento da LC nº 485/2010. Existência de vaga. Direito de nomeação condicionado a verificação do interesse público.

NOTÍCIAS**Justiça Federal mantém nova gestão do Samu**

A Justiça Federal negou liminar para que o Estado de Santa Catarina realize mudanças na gestão do Serviço Móvel de Urgência (Samu). A decisão do juiz federal Roberto Fernandes Junior, de Joinville, em 13/12, foi tomada ao analisar pedido do Ministério Público Federal daquela cidade para que o Estado fosse obrigado a modificar imediatamente a estrutura do Samu. O juiz levou em conta as argumentações apresentadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Em julho, o Estado de Santa Catarina transferiu, através do Contrato de Gestão, o gerenciamento, a operacionalização e a execução do órgão para a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), o que foi considerado irregular pelo Ministério Público.